

RETENÇÃO NO ENSINO MÉDIO: PROBLEMÁTICAS E CONSEQUÊNCIAS.

Mailson Martinho (1); (Edna Maria Mendes Pinheiro Costa (1); Vera Rejane Gomes (2); Lueny Amorim de Oliveira (3); Maria de Lourdes Silva Lima (4)

Universidade Estadual do Maranhão – UEMA, martinhomailson@yahoo.com.br(1); Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão – IFMA, edna.mendes@ifma.edu.br (1); Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão – IFMA, verarejane@ifma.edu.br (2); Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão – IFMA, luenyoliveira.ifma@gmail.com (3); Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão – IFMA, lourdes.barros@ifma.edu.br (4)

Resumo: A retenção é um acontecimento comum nos ambientes escolares e um problema complexo, antigo e que cada vez mais se encontra inserida nas instituições de ensino do nosso país, capaz de afetar os mais diferentes sistemas, níveis e modalidades de ensino. Desta forma, este estudo surge do interesse de se conhecer como esse feito se desenvolve e alastra pelo Ensino Médio, considerando os fatores de causa e as consequências deste acontecimento sobre a vida do educando e os objetivos da escola e da sociedade. Assim, com o transcorrer deste trabalho, serão conhecidos os métodos em que se fundamentam o ensino médio e os fatores influentes sobre a retenção escolar. Neste sentido, com base no estudo desenvolvido, percebe-se que a retenção se caracteriza como uma problema muito grave que acomete os sistemas de ensino e bastante impactante para as instituições, uma vez que resulta no atras da vida escolar do educando, fazendo com que este tenha que repetir de ano e assim produzindo uma certa defasagem na relação ano/estudo, sendo assim imprescindível uma certa cautela da instituição de ensino e dos órgãos governamentais para com esse acontecimento.

Palavras-chave: Ensino Médio. Retenção escolar. Problemáticas. Consequências.

Introdução

A retenção é um problema bem comum nos ambientes escolares, e conseqüentemente a educação, e que cada vez mais tem ganhado evidência, se difundindo negativamente, pelos ambientes escolares, influenciando sobre o direito dos indivíduos a educação, em estabelecimentos oficiais e desde os primeiros anos de vida, de tal forma a causar um retardo na época ou idade educacional.

Neste sentido, torna-se essencial um acompanhamento individual do educando, bem como a percepção de suas dificuldades, a análise e respeito por suas especialidades, a intervenção através de meios diversificados e a orientação e oferta de apoio extraescolar aos discentes. Neste contexto, a retenção muitas vezes aparenta, de forma errônea, como um meio para penalizar aos educandos, pois o correto seria de possibilitar melhores condições para que o aluno aprenda de forma efetiva.

Desta forma, reter, repetir e reprovar de ano, são denominações empregadas para destacar o erro da permanência em um ano escolar ou para atenuar a perda, caracterizada como dolorosa

para alunos e familiares, entendendo como retenção escolar como um problema complexo que está atrelado a outros relevantes temas da educação. Neste sentido, com o desenvolvimento desta pesquisa, busca-se analisar e conhecer os fatores que estão ligados a retenção dos alunos no Ensino Médio.

Neste contexto, a pesquisa caracteriza-se, segundo a taxionomia de Vergara (2014), quanto aos fins, como descritiva e explicativa; e quanto aos meios pode ser caracterizada como bibliográfica. Assim, a pesquisa se define como descritiva, uma vez que tratará sobre os aspectos ligados a retenção. É explicativa, pois buscará, de forma delineada, explicitar a temática de forma e defini-la e caracteriza-la. Quanto aos meios a pesquisa é caracterizada como bibliográfica, devido a necessidade da análise e do estudo de fontes bibliográficas, tais como livros, artigos, revistas, dentre outros, confrontando e comparando as informações coletadas.

A importância desta temática dá-se pela dimensão que a retenção escolar representa, na contemporaneidade, da educação brasileira, em especial no Ensino Médio, na disciplina de Química, visto que um número considerável de discentes ficam retidos, a cada ano, nesse nível de ensino, e nesta disciplina. Assim, por meio de pesquisa, pode-se comprovar como a retenção acaba por ser um problema recente na atual educação, capaz de trazer consequências negativas à formação do indivíduo como cidadão e profissional no Centro de Ensino Bandeirante.

Metodologia da pesquisa

O trabalho foi desenvolvido por meio de pesquisa de bibliográfica a retenção escolar dos alunos do Ensino Médio, e através de análise minuciosa de diversos trabalhos, encontrados na literatura, que tratem sobre a temática.

Nesse sentido, Minayo (1993), afirma que a pesquisa é uma prática essencial aos questionamentos da vida e a realização de descobertas científicas em relação à realidade, assim sendo uma prática contínua, inacabada e permanente. Já para Gil (2008), a pesquisa é uma atividade do cotidiano, que nasce de dúvidas sistematizadas, críticas e criativas sobre a realidade, se definindo como conversação crítica e permanente com o mundo que nos cerca.

Em relação à pesquisa bibliográfica Gil (2008), afirma que está se define como a análise meticulosa e crítica dos mais variados textos científicos que já tenham sido desenvolvidos por outros autores sobre a temática pesquisada, tendo como fontes de recolhimentos de dados, livros, artigos científicos, monografias, dissertações, teses, outras literaturas que abordam o referido tema.

O Ensino Médio no Brasil: Aspectos históricos e Legislações Educacionais Brasileiras

Nos primórdios da história do Brasil a educação possuía um aspecto de diferenciação de social, sendo um meio para a caracterização do status, uma vez que somente os descendentes das famílias aristocráticas possuíam o privilégio de estudar, sendo, a educação meio exclusivo dos grupos dominantes (SANTOS, 2010).

Ainda segundo Santos (2010), já no século XIX, a educação formal no Brasil era quase inexistente. Haja vista que, muitos estabelecimentos de ensino secundário, que equivalente hoje ao ensino médio, acabaram fechados com a expulsão dos jesuítas.

Por via da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB nº 9.394/96 (BRASIL, 1996) o até então denominado ensino secundário, ganhou o nome de Ensino Médio, que se caracterizava por ser um ensino de caráter propedêutico, voltado para as minorias da elite, em oposição ao ensino profissionalizante, voltado para as classes populares e sem a possibilidade de acesso ao Ensino Superior (CASTRO e GARROSSINO, 2010).

No Brasil o Ensino Médio é considerado um nível de ensino ligado a Educação Básica. Neste contexto, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), Lei Nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, expõe que este nível de ensino tem caráter obrigatório e gratuito na rede pública de ensino, sendo, normalmente, direcionada a alunos com faixa etária de 15 a 17 anos (BRASIL, 1996). Assim percebemos que por esta lei o Ensino Médio é obrigatório e deve ser ofertado de forma gratuita nas instituições públicas de ensino.

Historicamente, o Ensino Médio, no Brasil, possuirá outras denominações e até outros períodos de duração. Na Lei Nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, o Ensino Médio, estava dividido em Ensino Médio Inferior, também denominado de Ensino Ginásial, com duração média de 4 anos, e Ensino Médio Superior, também denominado de Ensino Colegial, com duração média de 3 anos. Por sua vez, a partir da Lei Nº 5.692, de 11 de agosto de 1971, passa a ser de apenas 3 anos, sendo agora denominado de segundo grau. A denominação de Ensino Médio passa a ser data já com a adesão da Lei Nº 9.394 promulgada em 20 de dezembro de 1996, continuando este nível de ensino a possuir três anos de duração (BRASIL, 1996).

Com o advento da LDBEN, considera a carta magna da educação brasileira, muitas mudanças foram implementadas no sistema educacional do país (BRASIL, 1996). Neste sentido, a LDB dita os princípios e fundamentos de todos os níveis e modalidades de ensino, onde o Ensino Médio é tido como parte fundamental a formação do ser, ao desenvolvimento de

uma educação muito mais humana e formativa. Uma vez que o processo educacional envolve também a família, as relações humanas, sociais e culturais.

O Brasil possui diferentes modalidades ou formas de organização institucional e curricular de Ensino Médio. Como em outros países, essas diferenças são modos de resolver a tensão de finalidades desse nível de ensino. Respondem mais à sua dualidade histórica do que à heterogeneidade de alunados e associam-se a um padrão excludente: cursar o Ensino Médio ainda é um privilégio de poucos, e, dentre estes, poucos têm acesso à qualidade.

Por sua vez, ao professor – em virtude de seu papel atrelado as questões da linguagem que desenvolve ou que manuseia por via dos recursos didáticos – cabe o lugar imprescindível na propriedade mais avançado do conhecimento que o aluno deve construir. Já este deve sempre buscar estimular o próprio desenvolvimento almejando patamares cada vez mais elevados (BRASIL, 2000).

Ainda em relação ao Ensino Médio, A LDB de 1996 em seu artigo 35 expõe que este será a última etapa da educação básica, tendo duração mínima de três anos e como finalidades:

- I – A consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, possibilitando o prosseguimento dos estudos;
- II – A preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores;
- III - O aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico;
- IV - A compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina (BRASIL, 1996, p. 14).

Segundo os PCN (2000), o jovem educando não dá início ao processo de aprendizagem escolar excepcionalmente do nada, como se não possuísse qualquer conhecimento, mas sim possui uma certa bagagem construída a partir de conceitos já adquiridos de forma espontânea, geralmente cheios de afetividade, princípios e valores resultados de experiências pessoais.

Em relação ao currículo do Ensino Médio, a LDB, em seu artigo 36, dispõe que este médio observará o disposto na seção I, que trata das Disposições Gerais da Educação Básica e também as seguintes diretrizes;

- I – Destacará a educação tecnológica básica, a compreensão do significado da ciência, das letras e das artes; o processo histórico de transformação da sociedade e da cultura; a língua portuguesa como instrumento de comunicação, acesso ao conhecimento e exercício da cidadania;
- II – Adotará metodologias de ensino e de avaliação que estimulem a iniciativa dos estudantes;
- III – Será incluída uma língua estrangeira moderna, como disciplina obrigatória, escolhida pela comunidade escolar, e uma segunda, em caráter optativo, dentro das disponibilidades da instituição;

IV - Serão incluídas a Filosofia e a Sociologia como disciplinas obrigatórias em todas as séries do ensino médio (Incluído pela Lei nº 11.684, de 2008) (BRASIL, 1996, p. 14-15).

Neste sentido os Parâmetros Curriculares Nacionais (2000), afirmam que o currículo, enquanto meio para a cidadania democrática, deve considerar conteúdos e estratégias de aprendizagem capazes de capacitar os indivíduos à realização de tarefas na vida em sociedade, em atividades produtivas e de experiência subjetiva, que visem à inteira participação de homens e mulheres no universo das relações políticas, do trabalho e da simbolização subjetiva.

Outro ponto importante em relação ao Ensino Médio no Brasil, refere-se aos conteúdos, as metodologias e as formas de avaliação, que segundo a Lei 9.394 (1996), Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, serão organizados de tal forma que ao final deste nível de ensino o educando apresente em suas aptidões:

- I – Domínio dos princípios científicos e tecnológicos que presidem a produção moderna;
- II – Conhecimento das formas contemporâneas de linguagem;
- III – (Revogado);
- § 2º (Revogado);
- § 3º Os cursos do ensino médio terão equivalência legal e habilitarão ao prosseguimento de estudos.
- § 4º (Revogado) (BRASIL, 1996, p. 15)

Neste sentido, percebe-se que a legislação direciona os conteúdos, metodologias e formas de avaliação, para uma formação pautada nos princípios científicos e tecnológicos, o que demonstra certa preocupação com a difusão do conhecimento científico.

Outro ponto importante de que trata a LDB e os PCN é a interdisciplinaridade e a contextualização, que devem constituir a base fundamental das organizações curriculares que constituem essas legislações. Desta forma, ambas detêm uma visão singular e crucial sobre o processo de formação do conhecimento e assim também nas formas sobre como tratá-lo no tocante aos processos de ensinar e aprender, possibilitando um significado que integre as duas dimensões do currículo, buscando maior interação entre elas.

Dessa forma, a formação do aluno do Ensino Médio passou a ter, como alvo principal, a aquisição de conhecimentos básicos, a preparação científica e a capacidade de utilizar as diferentes tecnologias relativas às áreas de atuação. Por isso, propõe-se aos professores formar alunos que sejam capazes de pesquisar buscar informações, analisa-las e selecioná-las; a capacidade de aprender, criar formular, ao invés do simples exercício de memorização.

Aspectos relevantes a respeito da retenção Escolar

Desde os primeiros anos do século XX, a retenção escolar tem se caracterizado tema dos mais variados estudos, em que autores procuram conhecer os efeitos da problemática traz na aprendizagem, no comportamento e no desenvolvimento emocional dos alunos (REBELO, 2009).

Neste contexto, Ferreira (2010) define a reprovação escolar como o mesmo que não aprovar, assim sendo uma qualificação negativa, ou seja, a obtenção de uma má qualificação, ou ao menos uma qualificação insuficiente ou insatisfatório para cumprir um determinado objetivo, assim não sendo considerado como apto que ou digno, quando algo ou alguém submetido a avaliação ou decisão (FERREIRA, 2010).

Para Rebelo (2009) a retenção dos alunos, em um determinado ano letivo, se caracteriza como uma medida administrativa do sistema escolar de cada país, adotada pós avaliação do processo de aprendizagem do educando, considerando resultados negativos ou que não alcancem o mínimo estipulado em cada legislação e respeitando os programas escolares estudados no currículo no respectivo ano.

Já para Jacomi (2009) a reprovação, é muitas vezes colocada como uma “nova chance de aprendizagem” ao discente, mas que acaba sendo em um meio de exclusão de muitas crianças ou adolescentes que encontram inseridos no ambiente escolar.

Neste contexto, considerando as dificuldades muitas vezes presentes nas instituições escolares, bem como dos professores em desenvolverem nos alunos as aspirações pelo conhecimento e também em possuírem meios essenciais à aprendizagem, a reprovação acaba por se caracterizar como uma grande ameaça, objetivando a garantia da disciplina e a certeza da realização de tarefas e estudos, especialmente em momentos de provas, ou seja, a palavra retenção acaba sendo para manter o aluno submisso e assim uma certa ordem escolar, o que pode impossibilitar a escola de cumprir sua verdadeira tarefa, que se faz no educar os indivíduos, das novas e das antigas gerações, sendo que, por via da retenção, a escola acaba comprometendo a evolução e o desenvolvimento moral e intelectual dos educandos (JACOMINI, 2009).

Já segundo Jacomini (2009), para que se possa chegar a uma resolução do problema retenção é imperioso desmistificar a visão da reprovação como para a garantia de disciplina na realização de tarefas ou ainda como uma responsabilidade unilateral dos educandos, o que é bem difundido atualmente nos nossos sistemas de ensino, especialmente nos sistemas voltados as classes mais populares, o que acaba por transformar a retenção uma problemática social e educacional.

Pedagogicamente a reprovação de um educando, seja em uma disciplina ou ano letivo, pode não ser a melhor solução, uma vez que pode ser que a reprovação não esteja ligada diretamente ao educando, mais tenha suas raízes em falhas de outros. A repetência, situação intimamente ligada a retenção escolar, é o maior problema da educação em todo o mundo, e assim também no Brasil, sendo uma problemática é inevitável, com uma perversa estrutura que premia e puni aos educandos, contrariando a função da escola que é de ensinar, possibilitar a inserção ao mundo do trabalho (NAAME, 2001).

Para Veraldo (2012), a reprovação pode ser uma consequência de diversos fatores, que podem atuar de forma isolada ou em conjunto. Neste sentido, podem haver fatores que sejam de responsabilidade do aluno, outros que sejam da competência da família, há aqueles que dizem respeito à escola e ainda variados outros que fazem parte do contexto social e cultural. Neste sentido, percebe-se que pode possuir diversas origens uma vez que muitos são os fatores que influenciam no desempenho escolar do educando, assim é notável a necessidade de se observar todos esses fatores para ajudar um aluno a ter um bom desempenho.

Segundo Naame (2001), a prática da reprovação na escola necessita de uma grande reflexão com o intuito de se buscar uma educação de qualidade. Assim, embora percebamos que muitas iniciativas têm sido desenvolvidas nas últimas décadas, percebe-se, sempre a necessidade de maior debate. Neste sentido, a repetência escolar muitas vezes é justificada pelos profissionais que trabalham na área da Educação, muito mais como decorrências de fatores externos ao âmbito escolar, onde pode ser influenciado decisivamente na vida da criança na escola, que fatores internos a sala de aula. Com esta percepção, pode se concluir que essa justificativa busca isentar a escola sobre a responsabilidade por este resultado negativo.

Jacomini (2009) fala ainda que a reprovação muitas vezes não provoca mal-estar entre os professores, porque estes a viam como parte do processo educacional, justificando-a geralmente como resultado da incapacidade ou falta de dedicação do discente.

Esta concepção, atrelada aos princípios e às práxis escolares, atrapalha o desenvolvimento da compreensão de um processo educativo sem reprovação pela maioria dos atores educacionais. Desta forma, a reprovação acaba sendo vista como parte essencial da educação escolar, sem a qual o Ensino perde a qualidade ou fica impossibilitado de se educar (JACOMINI, 2009). Nesse ponto de vista a reprovação tem a ser eficaz, para que o aluno venha a adquirir sua qualidade e o seu desenvolvimento no ensino.

Neste mesmo sentido, Barreto e Mitrulis (2001) afirma que o modo de ver dos alunos, e também dos pais e Professores, que só tiveram como vivência a escola tradicional, a

motivação para os estudos é fortemente influenciada pela nota, pela competição pela nota, pelo medo da reprovação.

Quando se diz que é necessário eliminar a reprovação, isso pode significar a aceitação de que estudantes sejam promovidos de um ano a outro com notas médias. Já o compromisso com as aprendizagens não admite que elas aconteçam em parte. Cabe à escola organizar-se para cumprir esse objetivo (BARRETO; MITRULIS, 2001).

Retenção Escolar no Ensino Médio

O termo repetência, é um acontecimento que faz parte do dia-a-dia da escola, dos alunos e dos pais, sendo algo de grande influência no fracasso ou no sucesso da escola e que pode indicar um aluno distante do aprendizado ou da instituição, haja vista que a escola pode ser vista como um ambiente e um momento em que o educando percorrer sem êxito (NAAME, 2001). Entretanto a repetência, se faz como um acontecimento capaz de aprisionar o aluno na escola. Assim também, é importante frisar que mesmo a reprovação estando no interior ambiente escolar, ela pode não fazer parte desta, uma vez que o aluno é um ser que sofre influências externa a escola.

Segundo Durkheim (1995), historicamente o ensino nas escolas brasileiras tem sido organizado em séries com reprovação anual. Essa forma de organizar o ensino requer certa homogeneidade dos grupos-classes. Como afirmou ao discutir a organização da escola graduada, a seriação requer certa homogeneização intelectual dos alunos.

Neste contexto, aprovação e reprovação são conceitos que estão intimamente ligados. Assim, segundo dados de informe estatístico realizada pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), em Censo Escolar realizado sobre fluxo escolar na educação básica, entre 1998, enquanto o percentual de aprovação dos alunos do médio, subiu de 68,2%, em 1995, para 74,4%, em 1996, a taxa de reprovação no ensino médio, foi reduzido de 10,1%, em 1995, para 9,9%, em 1996 (BRASIL, 1998). Desta forma percebe-se um certo avanço em relação a redução dos índices de reprovação, o que influenciou, diretamente nos índices de aprovação.

Segundo Jacomi (2009), o aprendizado se faz um fator preponderante ao educando e de grande influência sobre a aprovação ou retenção, Desta forma de para que todos aprendam adequadamente os conteúdos divididos em séries e disciplinas, é necessário que as crianças ou os adolescentes colocados em cada série tenham mais ou menos as mesmas condições, tanto

em relação às experiências de aprendizagem quanto à capacidade intelectual (JACOMINI, 2009).

Assim, ainda segundo Jacomini (2009), a escola passou a selecionar quem respondia de forma adequada aos padrões educacionais exigidos. Essa seleção ocorria, em primeiro lugar, pela limitação de vagas e, em segundo, pela reprovação daqueles que não respondiam a contento aos objetivos estabelecidos pela escola. Dessa forma, os que permaneciam eram os mais adaptados a esses propósitos, e não necessariamente os mais inteligentes e capazes.

O processo era tão “naturalizado” que quase não se questionava o significado da reprovação para os alunos e seus familiares, tampouco o conteúdo antidemocrático que tais medidas “pedagógicas” tinham no contexto educacional brasileiro (JACOMINI, 2009).

Segundo dados do Ministério da Educação e Cultura, expressos pela Fundação Abrinq, por meio Observatório da Criança e do Adolescente, em 2016, a taxa de reprovação no Ensino Médio, estava em 11,9% dos alunos matriculados, expondo um certo aumento em relação ao ano anterior, que era de 11,5%.

Neste contexto, Fajardo (2018), por via do portal G1, afirma que, o Brasil teve um gasto de quase R\$ 16 bilhões ao reter em 2016 em torno de 3 milhões de educando da educação básica, sendo isso, o equivalente a 10,26% do discentes da rede pública, de acordo com dados do Censo Escolar. Neste mesmo contexto, dos R\$ 16 bilhões gastos, quase R\$ 12 bilhões foram utilizados pelos municípios, responsáveis pelo ensino fundamental, enquanto que os R\$ 4 bilhões, foram usados pelos estados, responsáveis pelo ensino médio.

Conclusões

Considerando o que literatura expressa percebe-se que a retenção é um acontecimento comum no cotidiano escolar, podendo estar presente em quase todo Ensino Médio, fazendo com que os alunos, um expressivo número de alunos, tenham sua vida escolar alongada e defasada. Neste sentido, percebe-se que a retenção como algo marcante nos ambientes escolares, podendo ser um obstáculo à formação dos indivíduos e a concretização do Ensino Médio, além de formar cidadãos críticos e reflexivos para a sociedade.

Assim também, seja na educação básica ou no ensino superior e retenção esta presente, o que a caracteriza como um acontecimento universal, que afeta alunos dos mais variados níveis, etapas ou modalidades de ensino. Outra definição a retenção seria de que ela pode ainda, ser vista como uma problemática global, que acomete ambos os sexos, solteiros e casados, alunos das zonas urbanas ou rurais, de quaisquer cidades do mundo, em todas as condições

econômicas, sócias e culturais ou em qualquer tipo de escola, trazendo assim resultados agravantes a vida do aluno, aos objetivos da escola e a sociedade como um todo.

Em relação ao fator principal da retenção, o que se percebe é que esta pode estar ligada a diversos fatores, como a problemas pessoais, necessidade de trabalhar para se sustentar ou sustentar a família, falta de estrutura na escola, falta de identificação a disciplina ou professor, bullying ou outro, assim podendo ter origem no aluno ou ser influenciada por agentes externos a ele

Desta forma, os resultados obtidos vão ao encontro com os objetivos que visara identificar delinear sobre as condições em que o aluno fica retido no ensino médio, abordando sobre as causas dessa retenção, por meio análise de trabalhos publicados sobre o tema. Portanto, a caracterização do trabalho obteve saldos positivos e desejáveis, haja vista a retenção dos fatores que influenciaram na instituição pesquisada.

Referências

BARRETTO, Elba Siqueira de Sá; MITRULIS, Eleny. **Do período colonial aos nossos dias: uma breve história do Ensino de Química no Brasil**. Revista Espaço Acadêmico, v. 12, n. 140, p. 103-140, 2001. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142001000200003. Acesso em 02 jun 2018.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Parecer nº05/2011 CNE/CEB. **Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio**. Brasília, 2011.

_____. **Lei Nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961**. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4024-20-dezembro-1961-353722-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 03 ago 2018.

_____. **Lei Nº 5.692, de 11 de agosto de 1971**. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971-357752-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 03 ago 2018.

_____. Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Ensino Médio**. Brasília: MEC/SEF, p.1-23, 2000. Disponível em: portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/14_24.pdf. Acesso em: 21 set 2007.

_____. Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Ensino Médio**. Brasília: MEC/SEF, p.1-23, 2000. Disponível em: portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/14_24.pdf. Acesso em: 21 set 2007.

_____. Senado Federal. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília: 1996.

CASTRO, Rosane Michelli de. GARROSSINO, Silvia Regina Barboza. **O Ensino Médio no Brasil: Trajetória e perspectivas de uma organização politécnica entre educação e trabalho.** ORG & DEMO, Marília, v.11, n.1, p. 91-102, jan./jun., 2010.

FERREIRA, Aurélio B. H. **Aurélio Júnior: Dicionário Escolar Da Língua Portuguesa - Aurélio Júnior - 2ª ed.** Editora Positivo, Curitiba, PR, 2010.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

JACOMINI, Márcia Aparecida. **Educar sem reprovar: desafio de uma escola para todos.** Educação e Pesquisa, v. 35, n. 3, p. 557-572, 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ep/v35n3/10.pdf>>. Acesso em: 04 ago 2018.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio do conhecimento. São Paulo: Hucitec, 1993.

NAAME, F. M. D. S. **Repetência Escolar. Universidade Candido Mendes – Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento – Diretoria de Projetos Especiais, Monografia (Especialização), Rio de Janeiro, RJ, 2001.** Disponível em: <http://www.avm.edu.br/monopdf/8/FATIMA%20MARTINS%20DE%20SOUZA%20NAAME.pdf>. Acesso em: 20 jun 2018.

REBELO, José A. S. **Efeitos da retenção escolar, segundo os estudos científicos, e orientações para uma intervenção eficaz: Uma revisão.** Revista portuguesa de pedagogia (2009). Disponível em: <https://digitalis-dsp.uc.pt/bitstream/10316.2/4758/1/5%20-%20Efeitos%20da%20retencao%20escolar,%20segundo%20os%20estudos%20cientificos,%20e%20orientacoes%20para%20uma%20intervencao%20eficaz-%20Uma%20revisao.pdf?ln=pt-pt>. Acesso em: 01 jul 2018.

SANTOS, Rulian Rocha dos. **Breve histórico do Ensino Médio no Brasil (2010).** Seminário Cultura e Política na Primeira República: Campanha Civilista na Bahia. Disponível em: <http://www.uesc.br/eventos/culturaepolitica/anais/rulianrocha.pdf>. Acesso em: 04 jul 2018.

VERALDO, Ivana. **Reprovação escolar (2012).** Disponível em: <<https://maringapost.com.br/angelorigon/2012/10/30/reprovacao-escolar/>>. Acesso em: 04 ago 2018.

VERGARA, Sylvia C. **Projeto e relatórios de pesquisa em administração.** São Paulo: Atlas Editora, 2014.

Taxa de reprovação no Ensino Médio. Disponível em: <https://observatoriocrianca.org.br/cenario-infancia/temas/ensino-medio/564-taxa-de-reprovacao-no-ensino-medio?filters=1,133>. Acesso em: 20 ago 2018.

FAJARDO, Vanessa. **Brasil gasta R\$ 16 bilhões com reprovação de 3 milhões de alunos em 2016, aponta levantamento.** <https://g1.globo.com/educacao/noticia/brasil-gasta-r-16-bilhoes-com-reprovacao-de-3-milhoes-de-alunos-em-2016-aponta-levantamento.ghtml>. Acesso em: 10 ago 2018.